

RELATOS DE PSICÓLOGAS SOBRE SUA FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES RACIAIS

Hellen Maciel Santana

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
santana_hellen@hotmail.com

Mônica Ramos Daltro

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
monicadaltro@bahiana.edu.br

Marilda Castelar

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
marildacastelar@bahiana.edu.br

RESUMO

Este estudo destaca a importância de formar psicólogos como profissionais preparados para discutir o tema relações raciais, independentemente da sua cor/raça. Assim, a pesquisa analisa como psicólogas, com fenótipo branco, avaliam sua formação no âmbito das relações raciais. Estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa que realizou entrevistas e análise de conteúdo, subsidiada pela perspectiva sócio-histórica. A população estudada foi de psicólogas com familiaridade sobre relações raciais e que se autodefiniram brancas e pardas. As entrevistas foram realizadas com roteiros semiestruturados, gravadas em áudio e transcritas. A análise dos dados apontou que a aproximação com as relações raciais foi construída no âmbito da família e da vivência acadêmica, essa segunda identificada como vulnerável. O racismo emerge como experiência contínua nesse contexto. Discute-se a falta de conteúdos e as discussões referentes às relações raciais no processo formativo e assinala-se a importância das iniciativas pontuais identificadas pelos sujeitos da pesquisa como importantes para sua prática profissional. O estudo também apresenta a análise e proposta dos sujeitos para superação das lacunas no campo das relações raciais na formação em psicologia.

Palavras-Chave: Formação profissional; psicologia; relações étnicas e raciais.

ABSTRACT

This study emphasizes the importance of training psychologists as professionals prepared to discuss the theme 'racial relations', regardless their color/race. Thus the research analyses as women psychologists, with white phenotype, evaluate their training in the context of social relations. Descriptive-exploratory study of qualitative approach which done interviews and analysis of content subsidized by social and historical perspective. The studied population was composed of women psychologists with familiarity about racial relations and they defined themselves as white and grayish-brown. The interviews occurred with semi structured scripts and they were recorded in audio with transcription. The analysis of data indicated that the approach with the racial relations was built within the familiar context and academic experience, this considered as vulnerable. Racism highlights as a continuous experience within this context. Lack of content and discussions referring to social relations in the training process are argued, also is pointed out the importance of specific initiatives identified by research subjects as important to their professional practice. The study also shows the analysis and proposal of the subjects to fill the existing gaps in racial relations in the training of psychology.

Keywords: Professional education; psychology; racial and ethnic relations.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo destaca a importância de formar psicólogos como profissionais preparados para discutir o tema relações raciais, independentemente da sua cor/raça. Essa perspectiva torna-se estratégica para o enfrentamento do racismo e para uma atuação em psicologia que dê conta das especificidades sociais.

Durante dois encontros nacionais de psicólogas, ocorridos até o momento para discussão sobre relações raciais¹, observou-se que são majoritariamente as psicólogas negras que estudam o racismo. Dessa forma, faz-se necessário conhecer os discursos de psicólogas de fenótipo branco, para se aproximar das concepções sobre relações raciais e, a partir disso, problematizar essa formação e ampliar as possibilidades de convívio concretas de relações raciais, com vistas ao alcance de equidade social e uma atuação mais qualificada em psicologia, uma vez que, ao problematizar a formação, pode-se perceber as lacunas que a graduação apresenta e, conseqüentemente, seus efeitos nos campos de prática.

O presente artigo contempla um recorte da formação de psicólogas, para tanto, analisou como psicólogas avaliam sua própria formação no âmbito das relações raciais. Participaram da pesquisa psicólogas brancas e pardas, segundo a autodefinição da sua cor/raça.

2. RELAÇÕES RACIAIS E PSICOLOGIA

O próprio Conselho Federal de Psicologia (2005), por meio do Código de Ética Profissional, define que o(a) psicólogo(a) trabalhará contribuindo para “(...) a eliminação de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (p.7). Nesse sentido, as relações raciais e discussões sobre o racismo estão nitidamente circunscritas nesse contexto.

Na formação em psicologia, a saúde mental da população negra, seus sofrimentos e efeitos das práticas racistas não estão contempladas em suas especificidades, mesmo em cidades de maioria populacional negra, o que corrobora com depoimentos de pacientes, referidos na literatura, que afirmam não terem suas demandas

¹Encontro Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (PSINEP) de 2010 e de 2014.

raciais legitimadas, atendidas/cuidadas por psicólogos e, em alguns casos, escutarem que “o racismo não existe mais”, que tais demandas são fruto de “vitimização” (Arraes, 2015).

Schucman (2014) também ressalta a invisibilidade dos efeitos psicossociais do racismo nas discussões acadêmicas. Ana Bock (2003) questionou, justamente, a tradição de a psicologia brasileira se esconder no “discurso de que o homem se autodetermina e se autodesenvolve” (Bock, 2003, p. 25). Acreditar que indivíduos se autodesenvolvem e se autodeterminam acaba colocando os sujeitos em um lugar de culpabilização/responsabilização dos seus problemas, esquecendo-se, desse modo, dos aspectos sociais, uma das esferas que compõem a vida. Essa concepção, aliada ao racismo camuflado, impede visibilizar os efeitos psicossociais do racismo e, conseqüentemente, o investimento no empoderamento de grupos de pessoas negras (Ferreira, 2002).

A psicologia pode e deve contribuir para a superação do racismo, considerado um tipo de violência, que gera desigualdade e pode ocasionar sofrimento psíquico. O campo formativo contitui-se como o espaço apropriado para a construção de novas mentalidades sobre as demandas da população negra.

O sofrimento psíquico, no âmbito das relações raciais, emerge associado às imposições aos negros, de ter que se identificar com uma condição considerada negativa socialmente (Silva, 2003). Observa-se que a “categoria raça é um dos fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade” (Schucman, 2014, p.85). O negro, marcado pelo estigma de uma raça, convive com um corpo socialmente afirmado por estereótipos e desafiado a identificar-se com o ideal branco, perspectiva que o obriga a negar a si mesmo gerando múltiplas formas de sofrimento (Nogueira, 1998). “O racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu” (Sant’ana, 2005, p. 41).

O empoderamento vem a ser uma das maneiras de elevar a autoimagem e a identidade negra, porém trata-se de um processo lento e que não depende apenas do negro, mais sim das relações raciais entre brancos e negros, pois trata-se de um processo de fortalecimento de sujeitos e grupos nas suas relações e práticas cotidianas. Constitui-se, portanto, em práticas de enfrentamento pessoal e coletivo frente às desigualdades sociais (Arraes, Dimeinstein, Siqueira, Vieira & Araújo, 2012).

Um estudo baseado em grupos focais com psicólogas, intitulado “Sobre Mulheres, Psicologia e a Insistente Ausência das Questões Raciais”, revela que as únicas psicólogas que mencionam a relevância das relações raciais como sendo uma experiência importante na vida das mulheres foram as que se autodeclararam negras (Mayorga, 2013). Saber, admitir e perceber que o racismo ocasiona sofrimento psíquico e desigualdades sociais, frequentemente está atribuído à “sensibilidade” pessoal do profissional, quando deveria estar colocado como um conteúdo básico para a preparação do psicólogo, o que evidencia a vulnerabilidade do processo formativo e seu comprometimento com discursos hegemônicos.

A formação em psicologia tem como desafio discutir as repercussões em ser negro e seus impactos na autoimagem e autoestima do sujeito. Mas também as consequências do racismo presente nos mais distintos espaços, institucionais e organizacionais, seja de maneira velada/camuflada ou explícita (López, 2012), inclusive, nas instituições de ensino superior, onde a formação acadêmica se realiza.

Nesse contexto de formação profissional em psicologia, ao se discutir essa temática na perspectiva dos direitos dos indivíduos, sensibiliza-se para o engajamento em uma atuação mais qualificada no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais. Nesse sentido, marcos regulatórios que tratam do racismo – constituições, declarações, leis, resoluções etc. podem ser instrumentos capazes de nortear a atuação de psicólogos no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais, à promoção da equidade, o que, conseqüentemente, vem a promover a saúde da população negra (Santos, Gomes, Muñoz & Maia, 2015). Uma diretriz para formação de profissionais é a Resolução nº 18/2002, do Conselho Federal de Psicologia – CFP, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Durante muito tempo, a profissão teve sua formação predominantemente clínica, pautada em abordagens teóricas e técnicas reducionistas, porém, atualmente, busca-se uma prática voltada para questões sociais, tais como:

Em que medida a presença ou ausência do tema das relações raciais na formação acadêmica impactam a prática profissional de psicólogas brancas?

Quais ações na formação podem ser adotadas com vistas a sensibilizar uma profissão de maioria branca e que invisibiliza discussões relativas às relações raciais, relações de poder e o sofrimento psíquico oriundo do racismo?

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo exploratório de abordagem qualitativa que se construiu a partir de cinco entrevistas com psicólogas que possuem fenótipo branco segundo a percepção das pesquisadoras e a autodefinição de cor/raça das participantes. Foram entrevistadas psicólogas que atuam em diferentes áreas da psicologia com práticas na clínica, na saúde mental, na docência, na assistência social e na área organizacional.

Utilizou-se de entrevistas com roteiros semiestruturados, gravadas, transcritas e analisadas a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009). Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. CAAE 33098814.0.0000.5544 e Parecer N°1.317.532 de 11/11/2015 e as entrevistas realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em duas vias.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados envolveu uma primeira etapa que identificou a formação acadêmica como Unidade de Registro, em torno da qual circulam os discursos sobre as relações raciais. Segue-se, então, a identificação das unidades de contexto que colocam quatro campos de análise: Encontro das psicólogas com a temática das relações raciais; Percepções sobre o racismo no âmbito da universidade: experiências acadêmicas; Como é promovida a discussão sobre o racismo no âmbito da formação em psicologia? Propostas para a inserção das relações raciais no âmbito da formação do psicólogo.

Encontro das psicólogas com a temática das relações raciais

Um dos critérios de inclusão para os sujeitos dessa pesquisa foi a familiaridade com o tema das relações raciais. Segundo declaram as entrevistadas, essa aproximação foi construída no âmbito da família e durante a vivência acadêmica.

“ (...) meu pai, ele é mestre de capoeira. Desde pequena, desde que eu nasci, ele é mestre de capoeira. Então, eu tenho um contato muito forte com a cultura negra, gosto muito, amo mesmo e gosto de pesquisar a respeito (...) eu acho que essa coisa de ter nascido em uma casa de capoeiristas e ter esse contato direto com a cultura negra, também influenciou bastante na minha escolha” (P, 28 anos, parda).

Essa perspectiva marca a influência da experiência cultural familiar no percurso da formação da psicóloga, evidenciando a dimensão dialética. A familiaridade com as

relações raciais emerge associada à construção da identidade articulada aos valores associados à cultura negra local.

Evidencia-se que a experiência acadêmica emerge como um território de potencialização política e identitária dessa aproximação, presente em todas as narrativas, com destaque para a relação estabelecida com os professores.

(...) formalmente falando, eu fui monitora de [professora] M., na época da faculdade, e...de psicologia social e era uma questão que até antigamente foi difícil pra mim compreender muito bem o esquema das cotas, não ficava claro para mim o que significava e aí eu acho que foi M., na verdade, que conseguiu despertar isso que eu não entendia muito bem (...) (P, 30 anos, parda)

Eu acho que a primeira vez que eu prestei um pouco mais de atenção (...) dentro de um território mais teórico foi quando eu fiz uma disciplina com um professor de antropologia da UNB chamado J.J.C., onde se tematizava a questão de cotas, da construção de um imaginário racista, excludente, de uma ordem de discurso que faz certas palavras, não só mapearem como marcarem um território de exclusão (P, 48 anos, parda)

Dependendo do lugar que você faz o curso, você sai de lá com uma cabeça... eu acho que isso não deveria existir (...) (P, 28 anos, parda)

Os relatos acima marcam o papel estrutural da apropriação e do manejo das diferenças na construção das identidades e reiteram o lugar da família e da escola nesse processo. Entretanto, a sensibilização para com as relações raciais ocorreu a partir das discussões sobre as políticas de cotas. Sabe-se que esse tema foi um grande impulsor de debates na sociedade brasileira, pois, a partir delas, foi possível trazer à superfície o preconceito de raça, de classe e, dialeticamente, possibilitou o enfrentamento das desigualdades raciais e das perversões escondidas nos discursos perversos sobre a meritocracia.

Faz-se necessário problematizar em estudos futuros a influência das instituições de ensino, uma vez que as entrevistadas também chegaram a mencionar que elas fomentam a temática racial de maneira diferenciada, o que, em certa medida, pode ser verídico. Mas o fato é que, ficar apenas na queixa, que sua instituição não debate determinados temas, parece ter o intuito de retirar o seu lugar de responsabilidade e culpabilizar apenas a instituição, o que evidencia uma posição passiva sob sua própria formação.

Segundo Schucman; Nunes e Costa (2015), a psicologia pode contribuir para a superação do racismo, começando por uma formação que contemple as relações raciais. Oliveira (2014) corrobora com esse posicionamento, destacando a importância de ela usar o seu saber à disposição das especificidades da sociedade brasileira. Constata-se a relevância da inclusão da temática no âmbito acadêmico. Nesse sentido, faz-se

necessário capacitar/sensibilizar os professores em relação a sua responsabilidade política frente às relações raciais de forma sistemática e continuada, visando o alcance de uma formação que se proponha a transversalizar os estudos sobre esse tema, uma vez que as identidades profissionais dos estudantes dependem, de certa forma, das discussões disseminadas em sala de aula. Portanto, é preciso ir além das atividades pontuais, o investimento na formação dos professores torna-se estratégico para garantir a inclusão do debate formativo com estudantes, bem como conseguir mantê-lo a partir das questões que surgem no cotidiano das discussões.

Percepções sobre o racismo no âmbito da universidade: experiências acadêmicas

Nessa perspectiva, a avaliação das psicólogas sobre a experiência formativa relacionada às RR é insuficiente, fragilidade tomada como expressão de uma lógica racista que permeia o campo formativo.

*Eu acho tão falha, sabe? Eu acho que a formação da gente, de uma forma geral, ela tem tantos furos, tantos furos ... (P, 30 anos, parda)
(...) na minha época de faculdade, era secundário. Tinha algumas disciplinas que convidavam professores, (...) não tinha nada assim direcionado para esse tema que é um tema importante, porque hoje a gente sabe que o sofrimento psíquico gerado pelo racismo é gigantesco, né? Então, eu acho inadmissível que o psicólogo se forme sem entender um pouco melhor o que é que acontece (...) (P, 28 anos, parda)*

As respostas encontradas estão em acordo com os estudos de Laura Cecília López (2012) que discute como o racismo está presente em distintos espaços, inclusive em instituições de ensino. Embora os pesquisados afirmem a presença de temas ligados as RR, estes estão incluídos de maneira difusa e não priorizam a preparação dos profissionais para o trato com essa natureza de sofrimento. Nesse sentido, pode-se inferir uma negação do próprio contexto social brasileiro e, como consequência, a invisibilização do tema, seja na sala de aula, seja no cotidiano do trabalho do psicólogo. Por outro lado, essa negação não é deliberada de forma explícita, pois, na maioria das vezes, parece estar velada, passa pelo não dito e acaba reforçando o 'mito da democracia racial'. Esse processo conhecido também como racismo institucional, tende a ser camuflado/silenciado/velado e, nas narrativas apresentadas, ele impacta o processo de formação profissional.

Quanto às percepções sobre o racismo no âmbito da universidade, observa-se, no conjunto das respostas, que ele emerge fortemente no contexto acadêmico, confirmando, portanto, a necessidade de enfrentamento do racismo institucional.

(...) eu tenho uma paciente, ela é negra, (...) Faz direito na U. [Universidade Pública] e ela tem uma autocobrança, ela é muito exigente consigo mesma, é uma coisa absurdamente fora do normal e ela fica nessa cobrança “eu tenho que mostrar resultado, eu tenho que fazer isso” e aí essa coisa da dificuldade em sustentar essa cor (P, 30 anos, parda).

Evidenciou-se que as discussões sobre demandas de cunho racial e suas repercussões praticamente não ocorreram na formação de tais profissionais. Elas se aproximaram da temática na graduação, demonstrando interesse pelas causas sociais antes de entrarem no ensino superior. A graduação, portanto, não fomenta, de forma consistente e aprofundada, o debate e a aproximação com a temática, a qual surge de uma busca individual, quando ocorre o interesse pela discussão.

Como é promovida a discussão sobre o racismo no âmbito da formação em psicologia?

Os relatos demonstram a ausência de determinadas temáticas na formação. Observa-se, a seguir, que o racismo é trabalhado de maneira pontual na graduação.

Não foi abordado, eu fiz minha formação em São Paulo. É isso, é um segredinho sujo de uma sociedade, por isso é tão eficaz para produzir horror na medida em que ninguém fala, cria uma inexistência que é movida na mídia, na palavra que não vem, profissional que não reconhece a dor psíquica, o estigma (P, 48 anos, parda).

Se não se fala, também não se escuta na clínica. Isso passa ou então isso é... Enfim, não é enfatizado (L, 26 anos, branca).

Observa-se que as áreas da psicologia não se propõem a transversalizar os estudos e a intervenção em relações raciais, o que acaba ficando na discussão apenas de pessoas que já haviam se sensibilizado com o tema e buscaram, de maneira extracurricular, tal aproximação. Observa-se que fica a critério do interesse dos estudantes e profissionais aproximarem-se ou não da temática, como é o caso da psicóloga abaixo, que fez o recorte das relações raciais em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Essa questão, eu ter falado no meu TCC sobre a influência da mídia na construção da identidade do negro, é uma coisa que eu sempre pensava até antes de entrar na faculdade, como é absurda a forma que a mídia representa o negro e aí quando a gente começa a estudar psicologia social, as artimanhas da

exclusão, a gente começa a fazer analogias a respeito disso (...) (P, 28 anos, parda).

Muitas vezes, a temática só é trabalhada por meio de debates em disciplinas como psicologia social. É preocupante a ausência do debate na formação das psicólogas, uma vez que, aquilo que não é falado pode passar despercebido na escuta de futuros profissionais. E, escutar sem saber intervir, pode causar um dano ainda maior.

Propostas para a inserção das relações raciais no âmbito da formação do psicólogo

Uma das profissionais mencionou a importância do aperfeiçoamento profissional para atuar de modo mais qualificado, o que vem a ser essencial para superação da deficitária formação que a psicologia apresenta no que diz respeito ao racismo.

A psicóloga abaixo acredita que a mudança poderia vir da atuação de coordenadores dos cursos de psicologia.

(...) Eu acho que os coordenadores dos cursos, eles sabem que isso é necessário, eles podem até fechar os olhos para isso, mas eles sabem que isso é necessário (...)
(...) (P, 28 anos, parda).

Entretanto, é preciso ter coragem para iniciar uma formação com a inclusão, de fato, no ensino superior, não apenas para atender as exigências do Ministério da Educação (MEC) de forma aparente. Por outro lado, é preciso lembrar que os coordenadores ocupam posições para as quais também não tiveram formação específica em gestão que transversalizasse a discussão sobre racismo institucional.

A seguir, apresentamos outro discurso que traz sugestões para a formação em psicologia.

Então, assim é muito difícil, eu acho que deveria ter uma matéria específica, nós precisamos cuidar bem da nossa população e a nossa população é negra (P, 30 anos, parda).

A entrevistada aborda uma discussão complexa quanto à forma de inclusão do estudo nos currículos em psicologia, ou seja, se entra como conteúdo curricular ou como disciplina específica, ou de forma transversal. O fato é que todas as formas de discussão sobre gênero e raça deveriam estar presentes nos currículos dos cursos generalistas de psicologia no Brasil e, especialmente, em se tratando das relações raciais, nos cursos de psicologia em Salvador e em todo o estado da Bahia. Os

currículos em psicologia deveriam ser mais contextualizados com a realidade local e nacional, conforme aborda a psicóloga a seguir.

A pessoa pode ser um bom técnico, mas completamente ignorante se ela não souber onde e quais são os modos operantes do lugar onde a técnica dela está sendo implementada. Não basta ser um técnico, tem que participar de uma forma crítica, entendendo qual território e quais são os ordenamentos mais ou menos hegemônicos que movem, que se movem nesse território (P, 48 anos, parda).

Conforme Schucman, Nunes e Costa (2015), a psicologia pode contribuir para a superação do racismo, que é gerador de desigualdade e pode ocasionar sofrimento psíquico. Arraes (2015) revela que, não raro, pacientes não têm demandas raciais atendidas, além de não terem seu sofrimento legitimado. A entrevistada, a seguir, identifica que a inovação é algo mais simples do que se imagina e pode vir da atenção para especificidades sociais da população atendida.

(...) Pensar: cada caso é um caso, para contextualizar, ficar atento a essas interfaces sociais, externas, macro. Eu acho que é isso. Eu acho que a inovação pode vir daí mesmo (L, 26 anos, branca).

A psicóloga acredita que uma escuta qualificada e atenta para o contexto sócio-histórico em que o sujeito está inserido já é um primeiro passo para uma prática inovadora, a partir de um outro olhar, deslocando-se das práticas individualizantes, tradicionais na psicologia.

Os relatos evidenciam a possibilidade de prestar uma escuta diferenciada/crítica a partir do engajamento de grupos de estudo que abordam o racismo. Dito de outra maneira, o profissional que tiver a possibilidade de se aproximar do tema na graduação pode reconhecer, mais facilmente, as repercussões do racismo e atuar de maneira mais qualificada frente ao racismo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas analisadas, pôde-se observar a vulnerabilidade do tema relações raciais no âmbito da formação em psicologia, destacando-se a importância da memória, no sentido de recuperar relatos significativos sobre o tema.

Emergiram discursos sobre a persistência do racismo no âmbito institucional, o que pode justificar a ausência da discussão das relações raciais na formação.

Dois elementos emergiram como fatores que auxiliaram a aproximação com o tema, mesmo sendo as entrevistadas psicólogas de fenótipo branco: a família e

formação acadêmica, afirmando que pontuais experiências na graduação motivaram a aproximação com a questão e influenciaram a prática profissional desses sujeitos.

Também surgiu a reflexão sobre a necessidade de uma formação mais adequada na psicologia a partir de algumas propostas que poderiam ser viáveis no âmbito acadêmico para suprir uma formação falha com consequências para a atuação. Mesmo considerando que esse não foi nosso objeto de estudo, não se pode deixar de salientar tais repercussões do ensino para a prática. Portanto, as reflexões no que se refere às relações raciais sobre a formação e atuação profissional, podem minimizar a invisibilidade sobre o tema.

A discriminação racial acontece no cotidiano da sala de aula e invisibiliza as discussões acerca do racismo, o que acaba dificultando o processo de reversão de práticas racistas. Portanto, espera-se que este estudo possa contribuir para uma maior compreensão das concepções de psicólogas sobre as relações raciais, que reflitam sobre a importância de dar continuidade a sua formação e capacitação no campo das relações raciais, para além da graduação. Se engajar na temática em questão é responsabilidade de todos os seguimentos: professores, estudantes e profissionais da psicologia e em outras áreas de atuação.

Para a atualização da psicologia, a realidade brasileira deve ser levada sempre em consideração na formação em psicologia e nas publicações que orientam a prática profissional, uma vez que a maioria das referências técnicas para atuação de psicólogos, ainda não transversalizam, de forma concreta e explícita, as discussões sobre sofrimento psíquico oriundo do racismo.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir com a formação em psicologia, na superação das desigualdades sociais, através do investimento na formação em políticas públicas e projetos que abordem a temática, bem como outras pesquisas possam dar continuidade aos questionamentos do presente estudo.

REFERÊNCIAS

Arraes, A. K. M., Dimeinstein, M., Siqueira, K., Vieira, C., & Araújo, A. (2012, janeiro). Empoderamento e controle social: uma análise da participação de usuários na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial em Natal (RN). *Revista Psicologia Política*, São Paulo, 12 (23), 71-85. Recuperado em 15 de maio, de 2016, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000100006&lng=pt&nrm=iso

Arraes, J. (2015, junho). Meu psicólogo disse que racismo não existe. *Revista Fórum*. Recuperado em 11 de fevereiro, de 2016, de <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/25/meu-psicologo-disse-que-racismo-nao-existe/>

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bock, A. M. B. (2003). Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In A. M. B. Bock (Org.), *Psicologia e compromisso social* (pp.15–28). São Paulo: Cortez.

Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília: Autor. Recuperado em 31 de junho, de 2015, de http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf

Ferreira, R. F. (2002, junho). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, 14(1), 69-86. Recuperado em 27 de setembro, de 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822002000100005>

López, L. C. (2012). O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, 16 (40), p.121-34 Recuperado em 09 de dezembro, de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n40/aop0412.pdf>

Mayorga, C. (2013). Sobre mulheres, psicologia, profissão e a insistente ausência das questões raciais. In L. A. Lhullier (Org.), *Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres*. Brasília: CFP. Recuperado em 18 de agosto, de 2015. <http://site.cfp.org.br/publicacao/psicologia-uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres/>

Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://www.ammapsique.org.br/baixar/corpo-negro.pdf>

Oliveira, L. O. A. (2014). Representações sociais de branquitude em Salvador: um estudo psicossocial exploratório da racialização de pessoas brancas. *Revista da ABPN*, 6 (13), 30-46. Recuperado de 03 de julho, de 2015. www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/149/146/

Sant'ana, A. O. (2005). História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In K. Munanga (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Recuperado em 25 de abril, de 2016, de http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/9_Munanga_K_org_Superando%20o%20racismo%20na%20escola.pdf

Santos, A. O., Gomes, L. B. S., Muñoz, B. L., & Maia, R. L. A. (2015). Marcos regulatórios sobre relações raciais e racismo: instrumentos para atuação do(a) psicólogo

(a). *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador-Bahia, 02 (núm. esp.). Recuperado em 18 de janeiro, de 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564a201324133>

Schucman, L. V. (2014, abril). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, 26(1), 83-94. Recuperado em 26 de setembro, de 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>

Schucman, L. V., Nunes, S. S., & Costa, E. S. (2015). A psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. *Psicol. USP*, São Paulo. Recuperado em 10 de outubro, de 2015. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>

Silva, M. V. O. (2003). Psicologia, subjetividade e relações raciais no Brasil. In A. M. B. BOCK (Org.). *Psicologia e compromisso social* (pp 93-110). São Paulo: Cortez.